

# ATUALIDADE ECONÔMICA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Ano 14

Nº 43

Julho/Dezembro 2002

---

---

## CONTEÚDO

**Perspectivas das Exportações Catarinenses com a Implantação da Alca.**

*Fernando Seabra e Lenina Formaggi*

1

**Turistas e Trabalhadores de Verão no Litoral Brasileiro.**

*Helton Ricardo Ouriques*

5

**Economia Popular e Solidária - em poucas palavras.**

*Ana Paula Barcellos*

9

**Uma Nota Sobre a Alca.**

*Hoyêdo Nunes Lins*

13

**Programas de Apoio Ambiental na Suinocultura Americana.**

*Celso Leonardo Weydmann*

18

**As Raízes Positivistas do Intervencionismo Brasileiro.**

*Antony Peter Mueller*

22

## Perspectivas das Exportações Catarinenses com a Implantação da Alca

Fernando Seabra\*  
Lenina Formaggi\*\*

No início de novembro de 2002, o Brasil assumiu, juntamente com os Estados Unidos, a presidência da reunião de ministros da ALCA realizada em Quito. Esse encontro definiu o calendário e a agenda de negociações para o próximo ano e criou os grupos temáticos e seus respectivos presidentes. As questões que serão negociadas até a data limite de implementação da ALCA (dezembro de 2005) contemplam, no âmbito deste fórum, pelo menos duas mudanças na política comercial dos EUA e uma política diferenciada de proteção temporária a setores específicos para os demais países-membros. A primeira mudança na política comercial é a redução de subsídios à agricultura, que atribui um nível fictício de competitividade ao produto norte-americano. Por fim, as negociações também devem enfatizar períodos de ajustamento com trajetórias de convergência para tarifa zero que permitam um prazo de reestruturação setorial sob o novo regime de comércio<sup>1</sup>.

Apesar destas qualificações iniciais, a ALCA deverá ter impactos comerciais significativos pelo alcance da desagravação tarifária proposta. Neste aspecto, o objetivo deste artigo é avaliar o impacto da liberalização comercial sobre as exportações catarinenses para os EUA. Deve-se notar que o Estado destinou 23,5% das suas exportações ao mercado norte-americano em 2001, e 30,17% até setembro de 2002; sendo os EUA, portanto, o maior mercado de destino das exportações catarinenses. A análise refere-se aos principais produtos exportados, considerando-se não apenas a evolução tarifária, mas também a incidência de barreiras não-tarifárias.

De acordo com a Tabela 1, percebe-se a importância da madeira e de seus derivados na pauta catarinense: aproximadamente 33,5% do valor total das exportações são destinados aos EUA. Os móveis e suas partes correspondem ao principal produto de exportação deste item, cerca de 38%, seguidos, respectivamente, por madeira de conífera serrada/cortada (25%), por outras obras de madeira e por portas, ambos com percentuais ao redor de 15%.

Embora não existam tarifas inibindo a entrada de madeira nos EUA desde 1999, quando todas as tarifas *ad valorem* foram extintas, persiste, em parcelas da opinião pública, a associação direta entre o comércio de madeiras brasileiras e a destruição de florestas. Para superar esta discriminação e atestar a origem de produtos

---

\* Professor do Departamento de Economia/UFSC.

\*\* Acadêmica do Curso de Economia/UFSC.

<sup>1</sup> Um exemplo recorrente de setor nacional que tem pleiteado um período adicional de proteção tarifária é o produtor de bens de capital.

de madeira, toda madeira e seus derivados devem ser certificados pelo *Forest Stewardship Council* (FSC) como garantia de que não são originários de desmatamento de florestas tropicais.

**Tabela 1**  
**Exportações catarinenses aos EUA: Principais Produtos (2001)**

<b>Principais Produtos Exportados</b>	<b>Valor US\$ (FOB)</b>	<b>Participação em relação ao total (%)</b>
Madeira e seus derivados	239.594.876	33,5
Têxteis (de algodão)	89.327.995	12,5
Louças/ladrilhos de cerâmica	51.646.426	7,2
Refrigeradores/compressores e suas partes	43.584.718	6,1
Motores elétricos e suas partes	36.359.038	5,0
Outras obras, parafusos, pinos de ferro/aço	6.699.817	0,94
Bilhares e seus acessórios	5.058.859	0,71
<b>Total dos principais produtos</b>	<b>472.271.729</b>	<b>66,2</b>
<b>Total das exportações catarinenses aos EUA</b>	<b>713.940.299</b>	<b>100</b>

Fonte: MDIC/Sistema Alice

De um modo geral, contudo, resultados preliminares de pesquisa realizada no pólo moveleiro da microrregião de São Bento do Sul<sup>2</sup> indicam que os maiores motivos que dificultam as exportações são o alto custo do transporte internacional e a falta de financiamento às exportações (alto custo do crédito), sendo as barreiras tarifárias e não-tarifárias pouco importantes no desempenho das exportações.

A segunda maior exportação catarinense aos EUA são os têxteis de algodão, representados majoritariamente por roupas de toucador/cozinha de tecidos atoalhados (63,3% do total), seguidas por camisetas de uso masculino (9%) e por roupas íntimas femininas (8,8%). As exportações de produtos têxteis e confecções, em geral, estão sujeitas à imposição de quotas de importação no mercado norte-americano. No período recente, em função do aumento da competitividade do produto brasileiro, o governo tem procurado aumentar esta quota ou, pelo menos, adiantar parcelas da

<sup>2</sup> Pesquisa intitulada “A experiência comparada da competitividade para exportar dos setores mobiliário e calçadista de Santa Catarina”, coordenada por Fernando Seabra, CNM/UFSC, com apoio do CNPq e Funcitec/SC.

quota de anos seguintes, mas o governo dos EUA tem sido resistente a esta flexibilização, em especial no caso dos felpudos. Além disso, as tarifas de importação norte-americanas para produtos têxteis encontram-se entre as mais altas mundialmente, podendo chegar, em diversos casos, a 38% *ad valorem* mais US\$ 0,485 por quilograma<sup>3</sup>.

O terceiro maior produto de exportação catarinense para os EUA é a cerâmica, a qual é classificada sob as formas de ladrilhos vidrados/ esmaltados (77,4% do total), e de louças e outros artigos de uso doméstico (22,4%). As tarifas incidentes sobre estes produtos encontram-se em torno de 12% *ad valorem*. Entretanto, desde 1997 tem havido uma redução tarifária de aproximadamente 1 ponto percentual ao ano. Embora não se possa afirmar que o aumento do fluxo exportado tenha sido completamente determinado por essa redução e não por desvalorizações cambiais, por exemplo, pode-se evidenciar (conforme a Tabela 2) a importância desta desagravação tarifária para a expansão das exportações.

**Tabela 2**  
**Exportações de Cerâmica e Derivados – Santa Catarina para os EUA**  
**Incidência Tarifária (1997-2001)**

Ano	Exportações Catarinenses (US\$FOB)	Tarifas EUA (% <i>ad valorem</i> )
1997	30.681.498	16,4
1998	30.856.407	15,4
1999	35.637.875	14,4
2000	46. 617.041	13,3
2001	51.646.426	12,3

Fonte: MDIC/Sistema Alice

Em termos mais gerais, deve-se notar a preponderância dos produtos manufaturados nas exportações de Santa Catarina para os Estados Unidos. Apesar das tarifas incidentes sobre a grande maioria destes produtos manufaturados serem pequenas, a reversão da prática de escalada de tarifas<sup>4</sup> nos EUA pode significar alguma abertura de mercado para as exportações catarinenses. Outro aspecto a ser considerado é que, dos 100 principais produtos exportados por Santa Catarina, 24 não atingem o mercado norte-americano. Dentre estes, merecem destaque a exclusão do papel (13<sup>a</sup> maior exportação catarinense), da carne de peru (17<sup>a</sup>) e do óleo de soja

<sup>3</sup> Para detalhes, ver Barreiras aos Produtos e Serviços Brasileiros no Mercado Norte-Americano, Embaixada do Brasil em Washington, 2002.

<sup>4</sup> Escalada tarifária ocorre quando a tarifa de importação sobre um determinado produto menos industrializado é menor do que aquela que incide sobre o mesmo produto, só que mais industrializado.

(18<sup>a</sup>). Pelo menos no caso dos derivados da soja a causa pode ser a elevada barreira, já que a tarifa do óleo de soja atinge 20% *ad valorem*.

Quanto aos resultados relativos aos principais produtos de exportação catarinense, pode-se afirmar que a implementação da ALCA não tende a mudar a competitividade do setor moveleiro, uma vez que este produto não sofre barreiras comerciais no mercado norte-americano. Com relação aos têxteis, deve-se notar que o início da ALCA coincide com a liberalização comercial multilateral. Conforme o cronograma submetido pelos EUA ao Textiles Monitoring Body (TMB), órgão da OMC, a eliminação das restrições quantitativas aos tecidos e confecções de algodão se dará em 2005, neutralizando, portanto, possíveis ganhos que o Brasil poderia obter com o acordo da ALCA. No que diz respeito aos produtos de cerâmica, apesar da redução gradual das tarifas, o ainda elevado nível tarifário pode ser considerado um empecilho significativo à exportação. Assim, a formação da ALCA pode ter efeitos positivos relevantes sobre as exportações de pisos cerâmicos desde que este setor esteja apto para reagir ao aumento de demanda.

Pode-se concluir, por conseguinte, que a abertura do mercado dos EUA, no âmbito da ALCA, não terá efeitos muito significativos sobre as exportações catarinenses por dois motivos em especial. Primeiro, devido ao fato de Santa Catarina exportar aos EUA principalmente produtos manufaturados, sobre os quais incidem tarifas baixas e poucas barreiras não-tarifárias. Segundo, em função dos EUA estarem dispostos a negociar a redução do protecionismo à agricultura apenas na OMC, condicionando a redução de seus subsídios e quotas a uma ação semelhante por parte da União Européia. Esta política obviamente restringe o acesso ao mercado dos EUA para vários países-membros da ALCA e limita o crescimento das exportações agrícolas de várias regiões, inclusive de Santa Catarina. Por fim, deve-se considerar que existem também efeitos importantes sobre o aumento da concorrência em relação às exportações catarinenses para países da América Latina, visto que a ALCA estabelece um acesso livre aos produtos dos EUA em toda a América Latina, inclusive Mercosul. Esse deslocamento do comércio entre os países da América Latina pelas importações de produtos dos EUA - especialmente bens manufaturados - pode representar uma perda significativa para as exportações de países ou regiões com maior nível de industrialização como Brasil e Santa Catarina.

## Turistas e Trabalhadores de Verão no Litoral Brasileiro

*Helton Ricardo Ouriques\**

Neste pequeno ensaio, abordamos a mobilidade, atributo fundamental do homem moderno. Mostramos como as categorias trabalho e retorno são conceitos centrais para a compreensão deste fenômeno. Para tanto, enfocamos a distinção entre as realidades distintas dos turistas e dos trabalhadores de verão.

A modernidade, caracterizada pela generalização do trabalho como fundamento da existência social do homem, através de seu objeto por excelência – a mercadoria, rompe os vínculos (familiares e comunitários) que unem o trabalhador a seu lugar de nascimento. Ela institui o desenraizamento como fenômeno geral. O trabalho transforma o homem em ser absolutamente móvel, mas não sem sofrimentos e angústias, como discutiremos neste breve ensaio.

O homem moderno, na qualidade de trabalhador, possui como atributo fundamental a mobilidade, entendida como subordinação da força de trabalho a todas as variações de duração, intensidade e produtividade, como “uso capitalista das disponibilidades dos homens, da docilidade dos seus corpos” (Gaudemar, 1977, p. 17). A transformação da força de trabalho em mercadoria, portanto, é o pressuposto de toda a mobilidade, absolutamente necessária para o processo capitalista de acumulação.

Em virtude do atributo social da mobilidade, os homens se tornam migrantes. A migração aparece então como a situação normal do mundo moderno<sup>1</sup>. A migração será socialmente aceita porque encontra sua razão de ser na categoria universal produzida pelo desenvolvimento do capitalismo: o trabalho. Podemos dizer, sinteticamente, que “...o trabalho contém em si, a partir de nossa representação atual do mundo, toda a inteligência do fenômeno migratório, da emigração e da imigração que, sem ele, seriam incompreensíveis e intoleráveis sob todos os pontos de vista...”.

Além do trabalho, outro elemento constitui a condição do migrante: o retorno. Mesmo para aqueles que migraram há muito, e para os quais a migração já se tornou quase definitiva, persistem na memória e em alguns hábitos (alimentares, lingüísticos

---

\* Professor do Departamento de Economia da UFSC. Doutorando em Geografia pela UNESP. Correio eletrônico: heltonricardo@ig.com.br. Este texto é uma versão resumida de um ensaio que está sendo escrito para o VI Encontro Nacional de Turismo com Base Local, que será realizado em setembro de 2002.

e de comportamento) a “poética do espaço” e o pensamento com o lugar original. O retorno existe, portanto, como a certeza de volta ao ponto de partida; como a promessa de um dia se voltar para o ambiente daqueles que foram deixados; e, inclusive, na forma de devaneios sobre o lugar que nunca mais será apreendido pelos cinco sentidos.

Ao investigarmos, para outros fins, a realidade dos vendedores ambulantes no litoral brasileiro durante a temporada de verão, percebemos nitidamente formas de manifestação do retorno, explícitas ou implícitas, nos depoimentos dos nordestinos que percorriam o litoral de Santa Catarina durante a temporada 1994/95.<sup>1</sup>

Esses trabalhadores se sujeitam às condições de existência mais adversas. Extensas e intensas jornadas de trabalho, com horas a fio de sol a sol e com o peso das mercadorias sob os ombros, submetidos ao mundo do trabalho que os afasta do lar. Migram porque foram expulsos do meio rural e das suas cidades de origem no Nordeste pela miséria, imposta pelo domínio capitalista que, neste caso específico, se traduz pela ausência, nos lugares de origem, do capital capaz de usá-los como força de trabalho.

Então viajam para o Sul do Brasil no verão, vendendo redes e utensílios de palha e corda produzidos no próprio Nordeste. Há dois tipos de situação destes migrantes temporários: os contratados e os que vendiam por conta própria. Os trabalhadores contratados se dividiam em duas categorias, por sua vez: os que recebiam um salário fixo e os que deixavam para fazer acertos ao término da temporada. A segunda categoria, os “autônomos”, se reuniam em suas cidades de origem, fretavam um caminhão com as mercadorias e viajavam de ônibus até o litoral catarinense, dividindo as despesas.

Para os contratados, a remuneração fixa (à época oscilante entre 1 e 3 salários mínimos) era pelo menos a garantia de subsistirem até o final da temporada. A situação daqueles que trabalhavam por venda de peças era de semi-escravidão, já que suas despesas de alimentação e moradia eram pagas pelo contratante. Em períodos de vendas baixas, deviam mais do que vendiam e ficavam dependentes de trabalhar em outros lugares ou em outras temporadas no mesmo lugar para pagar as supostas dívidas, sob cuja contabilidade não tinham qualquer tipo de controle.

De uma forma ou de outra, em todos esses trabalhadores temporários emergia um traço comum: o desejo de retorno à terra natal. Isso, aliás, era o que tornava suportável o cotidiano de atribulações a que eram sujeitos e se sujeitavam. Defrontados com outro tipo de migrante temporário, o turista - para quem “o estar na praia” simboliza a fuga do cotidiano, o lazer e o descanso das atividades normais de

---

<sup>1</sup> O objetivo da pesquisa era compreender o que chamamos, oportunamente, “o outro lado do turismo”, isto é, a realidade dos trabalhadores de verão em Florianópolis. Os vendedores ambulantes oriundos do Nordeste brasileiro eram parte dos trabalhadores entrevistados.

existência - os vendedores ambulantes reafirmavam a si mesmos que aquele universo de sol, mar e descanso não era para eles:

- O dia está bonito hoje, mas estou triste. Tenho dois filhos lá em Cipó [cidade do Estado da Bahia] e não vejo eles há dois meses. Estou com saudade. Eu sou analfabeto, nunca pude passear não, aqui para mim é só trabalho.
- Nós gostaríamos de conhecer a Amazônia, mas não temos dinheiro. Quem sabe um dia... Essa praia é bonita, mas estamos trabalhando, não dá tempo para aproveitar a natureza.
- Eu queria estar em casa, estou com saudades da minha mãe e do meu pai. Para mim bastava passar o carnaval em Salvador, mas nunca posso ir... O mar aqui é bonito, mas nem vale a pena tomar banho... É muito ruim ficar longe de casa.

Para o trabalhador ambulante, todas as praias que percorre são iguais porque ele não se reconhece enquanto usuário daquele mundo de divertimento e tranqüilidade. Ele está lá para trabalhar, é um apêndice das mercadorias que não circulam por conta própria. Por isso as maravilhas do verão não têm sentido para ele. Por isso sua festa não está lá, seu imaginário de viagens não está lá. A festa, está no passado e no futuro; as viagens, estão no reino da imaginação...

A festa não migra porque essa migração não é definitiva, permanece temporária, “transição inconclusa entre tempos históricos distintos”. O trabalhador ambulante em questão é um migrante temporário que vive entre o passado e o futuro. O passado como nostalgia, como um tempo que se foi e que se gostaria de manter intacto (a vida no âmbito familiar, nas relações de vizinhança, na comunidade). O futuro como ânsia de retorno ao lugar em que se viveu o passado, como promessa realizada de voltar.

Entre esses dois tempos, ele vive o presente de trabalho e angústia, um presente vivido em função do passado e do futuro. Os poucos momentos de descanso são dedicados ao devaneio com a terra natal do passado e com o desejo de retorno, no futuro, para o reencontro com um mundo que não é mais o mesmo.

Destaque-se aqui que a presença desses trabalhadores nas praias do Sul não passa despercebida pelo olhar do turista, esse migrante temporário socialmente aceito e desejado pela economia do lazer. Para uns, os ambulantes trazem a possibilidade de aquisição de mercadorias exóticas e, por isso mesmo, necessárias como lembrança do mês de férias. Para outros, os ambulantes são um incômodo, uma presença que perturba pela frequência com que atravessam a praia.

Já o trabalhador ambulante vê o turista como aquele que tem dinheiro, o sujeito da boa vida que ele não possui, a afirmação de suas limitações de sujeito inserido de forma inferior, precária, nos mecanismos de reprodução social. A



presença do turista confirma sua condição de estranho naquele mundo lúdico que ele não pode usufruir. A presença do turista reforça sua impossibilidade de viver como sujeito consumidor aqueles lugares porque o objeto por excelência, o dinheiro, está ausente de suas mãos.

Portanto, são mundos distintos que se cruzam fugazmente pela mediação monetária. Nada mais que isso. De um lado, um mundo de espetáculos e usufruto mercantil da paisagem e dos objetos, por parte do turista. De outro lado, um mundo de trabalho e nostalgia, por parte do vendedor ambulante. O único traço comum entre eles é o que os faz homens e mulheres modernos: ambos estão ali por causa da categoria universal, abstrata, que une a todos nós: o trabalho, sentido único de ser e estar no espaço. Os percursos só serão mais felizes quando encontrarmos outros sentidos para caminhar por aí...

## **Referências**

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

GAUDEMAR, Jean P. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Estampa, 1977, 360 p.

MARTINS, José de Souza. O problema das migrações no limiar do terceiro milênio. In: *O fenômeno migratório no limiar do terceiro milênio*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 19-34.

MARTINS, José de Souza. O vô das andorinhas. In: *Não há terra para plantar neste verão*. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 59.

OURIQUES, Helton R. *Turismo em Florianópolis: uma crítica à “indústria pós-moderna”*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998, 150 p.

SAYAD, Abdemalek. O retorno: elemento constitutivo da condição do migrante. *Travessia*, São Paulo, p. 21, jan. 2000.

## **Economia Popular e Solidária - em poucas palavras**

*Ana Paula Barcellos\**

O capitalismo tornou-se o modo de produção majoritário da sociedade mundial, e desde seu começo tem se caracterizado por uma acentuada dinâmica nas relações econômicas, expandindo sua influência sobre os aspectos sociais, culturais e políticos. Quanto às relações trabalhistas, percebe-se que no início do capitalismo eram estimuladas as relações de trabalho assalariadas, fazendo com que vários artesões abandonassem suas pequenas oficinas em busca do ideal da época e se inserissem nas fábricas.

A tendência atual aponta para um caminho inverso, na qual o trabalhador assalariado está sendo substituído pelas subcontratações com maior flexibilidade de encargos, fazendo com que este passe a atuar como autônomo, podendo ainda tornar-se micro ou pequeno empresário. Esse movimento pode ser evidenciado através do crescente deslocamento da força de trabalho do setor formal para o informal, bem como do setor industrial para o de comércio e serviços.<sup>1</sup> No capitalismo, o trabalhador segue desapropriado dos meios de produção, sobrevivendo através da venda de sua força de trabalho. Entretanto, com a oferta maior do que a demanda, o resultado não é nenhuma surpresa: desemprego. A verdade é que o desemprego sempre esteve presente no capitalismo (e também antes dele), atingindo tanto os países periféricos quanto os centrais, sendo que é cada vez maior o número de seres humanos que se encontram excluídos do mercado de trabalho. Porém, mesmo estando excluídas, estas pessoas precisam de recursos que garantam suas necessidades básicas naturais e elas se vêem obrigadas a buscar alternativas de geração de emprego e renda.

Entre estas alternativas, encontram-se as experiências ligadas à Economia Popular e Solidária (EPS), que é objeto central deste texto. Vale ressaltar que esta não é exatamente a invenção de uma nova forma de geração de emprego e renda, mas sim o resgate e a reciclagem de antigos paradigmas, nos quais se redescobre uma forma incluyente e equitativa de fazer economia gerando bem-viver.

---

\* Professora Substituta do Departamento de Ciências Econômicas da UFSC e aluna do curso de Pós Graduação em Economia pela UFSC.

<sup>1</sup> Em 1991 o setor formal abrigava 48% dos trabalhadores brasileiros caindo para 39% em 1997, já o setor informal apresenta um crescimento de 53% para 60% nos respectivos anos. In Posthuma (1999).

## A Dita Economia Popular e Solidária

Mas o que seria esta tal economia com caráter popular e também solidário, que consegue coexistir com um sistema de produção excludente, individualista e competitivo?

Antes de tudo deve-se ressaltar que nem sempre o que é popular é solidário, e vice-versa. A economia popular está diretamente ligada às formas alternativas de geração de emprego e renda realizadas, principalmente, por aqueles indivíduos que se encontram excluídos do mercado formal de trabalho (estratégia de sobrevivência ou de subsistência) e, também, por aqueles que o fazem por opção própria (estratégia de vida). As atividades de produção, assim como de distribuição e consumo, que comumente encaixam-se dentro da economia popular são: microempresas e pequenas oficinas, atividades individuais e domésticas, atividades assistenciais, atividades ilegais e pequenos delitos e, também, organizações econômicas populares.<sup>2</sup>

É fácil perceber que nem todas as formas de geração de emprego e renda, acima citadas, são solidárias. E que solidariedade é esta que pode estar ligada à economia? O conceito de solidariedade entra num contexto subjetivo, está ligado diretamente à ideologia de vida de cada indivíduo.

As atividades econômicas com caráter solidário estão sustentadas no *apoio mútuo*, em que se logra alcançar os objetivos em conjunto, o que seria mais difícil conseguir se permanecessem sozinhas. Contrapõe-se à competição e ao individualismo presentes no capitalismo, mas não só a isto. A alusão aqui feita é respectiva à *consciência solidária*, em que se inclui não somente as relações econômicas; vai mais além, relaciona-se diretamente com todos os efeitos destas junto às pessoas que fazem parte da sociedade e junto ao meio ambiente em que estas atuam, ou seja, na verdadeira responsabilidade social e sustentabilidade econômica.

Para um empreendimento estar ligado à EPS é fundamental que este seja *autogestionário e associativo*. Todos os seus agentes devem estar ligados por vínculos de colaboração e cooperação, atuando com democracia e liberdade, sendo que a liberdade individual não pode nunca sobrepor a liberdade do grupo. São atividades em que os indivíduos se desenvolvem econômica e socialmente de maneira igualitária. As principais atividades que unem estas vertentes - popular e solidário - são as cooperativas (de crédito, de produção, de consumo), os pequenos empreendimentos solidários e autogestionário, as compras coletivas e os clubes de troca.

A EPS tem galgado espaço num mundo paralelo e vem, ao mesmo tempo, entrelaçando-se ao capitalismo, principalmente, por duas razões: primeiro, pelo aumento no número de pessoas que têm buscado caminhos que vão ao encontro dos seus valores morais e éticos de vivenciar a democracia e a liberdade plena, através da

---

<sup>2</sup> Nestas se inserem as cooperativas, mas é importante ressaltar que nem todas são realmente “cooperativas”, colaborativas e baseadas na autogestão.

solidariedade. Segundo, devido à crescente exclusão social que obriga aos indivíduos a buscarem formas alternativas de obtenção de emprego e renda. Todavia, não são todos os excluídos que conseguem vivenciar os ideais da solidariedade .

## **Desafios e Possibilidades**

É importante ressaltar que a EPS não é, na verdade, uma alternativa a *todos* que buscam formas de geração de emprego e renda. Seu caráter solidário reflete conceitos que vão além dos encontrados nos manuais econômicos e pode ser considerado um diferencial não só na escala da produção, mas também na distribuição e no consumo. Por tal motivo, não basta a necessidade de conquistar uma realocação no mercado de trabalho, faz-se imprescindível que o indivíduo tenha a completa consciência do reflexo de seus atos (tanto como produtor, quanto como consumidor), ou seja, o impacto que estes têm sobre a sociedade e o meio ambiente.

Dentre os desafios encarados pela EPS, pode-se citar ainda a promoção da autogestão e da auto-organização. Grande parte dos trabalhadores estão habituados a hierarquização das funções e muitos deles têm dificuldades em agir em situações que exijam sua participação mais efetiva. Para o enfrentamento deste desafio, tem-se efetuado *atividades educativas* dentro das comunidades locais dirigidas por pessoas e também instituições<sup>3</sup> conectadas à EPS.

Outro ponto está fundamentado na articulação das experiências locais com as de outras comunidades, dinamizando as potencialidades de cada atividade isolada com as demais experiências populares e solidárias. Com o intuito de diminuir o isolamento é que se idealizou a *Rede de Colaboração Solidária*, em que se estimula a troca de informações, o fortalecimento das relações econômicas, a criação de novas experiências, a complementaridade das cadeias produtivas e ações de nível local, regional e global que corroborem com o crescimento da EPS como um todo.

Quanto à escassez de recursos financeiros e de espaço no mercado formal para os pequenos produtores, uma solução encontrada para aquecer o consumo e a circulação está baseada nos *Clubes de Troca*, onde os indivíduos se encontram para efetuar trocas de bens e serviços. Com o intuito de dinamizar estas transações, criou-se a *moeda social* que gera um maior valor de vínculo entre os participantes, sendo que cada clube tem sua própria moeda.<sup>4</sup> Ainda ao que se refere aos recursos financeiros, percebe-se a importância das *Cooperativas de Crédito*, que promovem novas oportunidades a quem necessita de crédito e tem dificuldade em fazer uso deste mecanismo na economia formal. É importante ressaltar ainda, a importância do Estado frente às atividades da EPS, podendo através de políticas públicas proporcionar maior espaço de atuação para as mesmas.

---

<sup>3</sup> ONG's, sindicatos, associação de moradores, fundações, etc.

<sup>4</sup> Os Clubes de Troca estão presentes em várias cidades do Brasil, inclusive em Florianópolis (Ecosol). Na Argentina, são mais de 700 mil pessoas participando das Redes del Trueque, como são chamadas lá.

Partindo de necessidades econômicas e ideológicas, a construção de tudo o que já foi realizado nasceu do empenho de todas as pessoas que fizeram a opção por serem solidários consigo mesmo e entre si, deixando de lado este extremo individualismo e esta ofuscante competição entre a maior parte dos seres humanos. Cada comunidade encontra a sua própria maneira de realizar suas atividades, não existindo modelos estáticos nem regras a serem seguidas, somente o desafio de “nadar contra a maré”. Sabe-se que a Economia Popular e Solidária ainda têm muitos caminhos para percorrer, muitos obstáculos para enfrentar, muitos ensinamentos a aprender... mas exatamente por estar baseada no coletivismo é que terá mais força para enfrentar seus desafios.

## Referências

BARCELLOS, Ana Paula. *Economia popular e solidária: uma alternativa à crise no mercado de trabalho*. Dez/2000. Monografia (Bacharelado em Economia) – Curso de Graduação em Ciências Econômicas, UFSC, Florianópolis.

GADOTTI, Moacir e GUTIÉRREZ, Francisco. *Educação comunitária e economia popular*. São Paulo : Cortez, 1993.

GAIGER, Luis Inácio. *A solidariedade como uma alternativa para os pobres*. (on line). 2000. (<http://www.pacs.org.br>).

LISBOA, Armando. *Os desafios da Economia Popular e Solidária*. (on line). 2000. (<http://www.pacs.org.br>).

NÚÑEZ, Orlando. *La economía popular asociativa y autogestionaria*. 2a. Managua : CIPERS, 1996.

MANCE, Euclides. *A revolução das redes*. Vozes : São Paulo, 1999

MOVIMENTO MONETÁRIO MOSAICO. *Onde está o dinheiro ?* (on line) 2002. (<http://www.momomo.org>)

POSTHUMA, Anne Caroline. *Transformações do emprego no Brasil na década de 90*. In Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade. Brasília : Ministério do Trabalho e Emprego, 1999.

## Uma Nota Sobre a Alca

Hoyêdo Nunes Lins\*

O objetivo deste artigo é argumentar que a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) é tema a ser definitiva e plenamente incorporado à agenda brasileira, com ações de esclarecimento da sociedade sobre o significado dessa integração e com a promoção de debates sobre possíveis conseqüências e desdobramentos. O início da co-presidência das negociações com os Estados Unidos, na Reunião Ministerial de Quito, ocorrida em novembro de 2002, é uma boa oportunidade para se dar partida a um tal processo.

### Implicações do Livre Comércio

ALCA é sinônimo de supressão de barreiras alfandegárias na perspectiva do livre comércio em nível hemisférico. Uma imagem pertinente concerne à ampliação da Área de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), com adesão, em escala ampla, ao princípio de que o comércio desvencilhado de obstáculos é requisito para o desenvolvimento. Os governantes presentes na Reunião de Cúpula de Miami, em dezembro de 1994 – ponto de partida efetivo da ALCA – , não divergiram desse ponto de vista, concordando que o “livre comércio e uma maior integração econômica são fatores essenciais para o desenvolvimento sustentável [e para assegurar], de forma crescente, a observância e promoção dos direitos do trabalhador (...)” (Reunião..., 1994).

Entretanto, os nexos entre livre comércio e desenvolvimento não são exatamente incontroversos. O trecho abaixo, extraído do *The Least Developed Countries Report 2002*, da UNCTAD, escorado na noção de “armadilha da pobreza internacional” (*international poverty trap*), é ilustrativo.

“O fato de que as relações internacionais podem desempenhar um papel importante para quebrar o ciclo da estagnação econômica e da pobreza generalizada levou alguns analistas a concluir que o problema chave da política para países menos desenvolvidos é que estes não se encontram suficientemente integrados na economia global. Mas essa é uma inferência falsa. (...) O problema (...) não é o nível de integração com a economia mundial, e sim a forma de integração. A atual forma de integração, que inclui limitadas capacidades de exportação, não é capaz de sustentar o crescimento econômico e a redução da pobreza. De fato, para muitos (...) [desses países], o comércio

---

\* Professor do Departamento de Ciências Econômicas da UFSC.

externo e as relações financeiras constituem uma parte integrante da armadilha da pobreza” (UNCTAD, 2002, p. 16).

“A globalização (...) está tornando mais adversa a armadilha da pobreza internacional dos países menos desenvolvidos que dependem de mercadorias e intensificando as vulnerabilidades daqueles que conseguiram evoluir, com diversificação, das exportações de bens primários para as de manufaturas e/ou serviços” (op. cit., p. 19).

Para diversos países pobres da América Latina, uma análise como a da UNCTAD deveria servir de alerta sobre o que o futuro pode lhes reservar em contexto de integração hemisférica. Não há equívoco em afirmar que é preciso, em todos os países, ir além do envolvimento popular episódico e limitado às manifestações e consultas centradas no par aceitação-rejeição da ALCA. Um acordo desse tipo sem legitimidade social é inconcebível.

## **O Brasil e a ALCA**

No Brasil, os problemas do livre comércio com os Estados Unidos têm dominado as preocupações sobre a ALCA. Em diversos meios a percepção é que numerosas atividades produtivas seriam duramente afetadas no país. As filiações teóricas por detrás dessa opinião são bem distintas. Tavares e Mercadante (2001), por exemplo, consideram que a “liberalização do comércio hemisférico (...) teria um impacto altamente destrutivo sobre a nossa indústria. (...) Sobreviverão (...) algumas filiais norte-americanas com plantas de menor escala e óbvias vantagens locais (...)” (p. 5). Magalhães (2001) não destoa no essencial, prevendo que as empresas brasileiras “ficarão com as atividades largamente utilizadoras de recursos naturais e mão-de-obra, atividades de baixo valor adicionado por trabalhador e demanda de crescimento relativamente lento. (...) E o Brasil não irá além do semidesenvolvimento (...)” (p. 12).

Um estudo promovido pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), divulgado na imprensa em julho de 2002, produziu estimativas (Tabela 1) sobre os reflexos da ALCA na balança comercial brasileira que ensejaram o seguinte comentário de um jornalista: “o estudo só consolidou cientificamente a expectativa (...) de que o país tem ‘a necessidade absoluta de reduzir suas assimetrias em relação aos países desenvolvidos. Sem isso, não dá nem para começar o jogo’” (Rossi, 2002a, p. B8).

**Tabela 1: Estimativa do impacto da ALCA na balança comercial brasileira, baseado em estudo da FIESP (US\$ Milhões)**

Setores	Ganho de Exportação	Aumento de Importação	Resultado Líquido
Agricultura	3,64	43,85	- 40,21
Agroindústria	173,25	35,14	138,11
Indústria Extrativa Mineral	18,87	17,78	1,09
Indústria de Transformação	1.056,71	2.157,30	-1.100,59
<b>TOTAL</b>	<b>1.252,47</b>	<b>2.254,07</b>	<b>-1.001,60</b>

Fonte: Adaptado de Rossi (2002a), a partir de estudo da FIESP.

Observações: a) os dados que serviram de base referem-se ao período 1995-99, para captar tanto a supervalorização como a desvalorização cambial; b) consideram-se só as tarifas de importação; as barreiras não-tarifárias, que dificultam sobremaneira as vendas do Brasil nos EUA e na NAFTA, não foram levadas em conta.

As vozes otimistas invariavelmente aludem à competitividade do agronegócio brasileiro, tido como fonte certa de bons resultados para o país. Isso é corroborado pelo estudo da FIESP, mas os cálculos sobre os ganhos de exportação não consideraram as barreiras não-tarifárias, origem de grandes perdas do Brasil no comércio com Estados Unidos e União Européia e pivô de episódios tensos na seqüência de encontros realizados devido às negociações da ALCA, como ocorreu em Quito (Rossi, 2002b). Ora, não há indicações de que os Estados Unidos deixarão de proteger os seus agricultores e de manter os subsídios agrícolas. A presente *farm bill* daquele país, que implica maiores gastos públicos com subsídios e incentivos à agricultura, dá uma medida do problema. A avaliação do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil, após a Reunião Ministerial de Quito, não permite dúvidas sobre as dificuldades: “[s]ubsistem incertezas, como o desfecho da negociação agrícola, condicionada à conclusão das negociações da OMC, que, por sua vez, dependem da reforma da Política Agrícola Comum (PAC) da União Européia” (Amaral, 2002, p. A 3).

### **Para Além do Livre Comércio**

Tomada pelo “valor de face”, a ALCA diz respeito tão-somente ao livre comércio. Entretanto, basta olhar a relação de Grupos de Negociações para perceber que o livre comércio, conquanto pedra angular da integração, não é o seu único terreno de iniciativas e reflexos. Especialmente importante é a questão dos investimentos, em relação aos quais o objetivo do respectivo Grupo de Negociação é “estabelecer um marco jurídico justo e transparente que promova os investimentos mediante a criação de um ambiente estável e previsível que proteja os investidores, seu investimento e os fluxos a eles relacionados (...)” (O Processo..., s/d).



O trecho “proteja os investidores, seu investimento e os fluxos a eles relacionados” deve reter a atenção. Batista Jr. (2002) sublinha que os Estados Unidos têm atuado no sentido de garantir: a) que a definição de investimento seja ampla, abrangendo diferentes tipos de ativos, desde ações até propriedade intelectual, desde empresas até certos tipos de concessões e mesmo certas formas de dívida; b) que em cada país-membro se conceda tratamento “nacional” ou “de nação mais favorecida” aos investidores externos pertencentes ao espaço do acordo, optando pelo que se revelar mais benéfico aos investidores, o que se traduziria em bloqueio às políticas de favorecimento às empresas de capital nacional, mesmo que só para fins compensatórios; c) que os investidores possam movimentar recursos financeiros – de quaisquer tipos, desde que associados ao investimento realizado – através das fronteiras, para dentro ou para fora do país, à taxa de câmbio de mercado e sem atraso; d) que os governos de países que recebem investimentos externos não possam impor condições e/ou metas a serem cumpridas pelos investidores, salvo em certos casos. Não é preciso imaginação para vislumbrar a camisa-de-força que a proposta estadunidense sobre investimentos representaria, pelo estreitamento da margem de manobra dos governos, em benefício das grandes empresas. Uma opção com esse teor não significaria outra coisa senão hipotecar o próprio futuro.

De outra natureza é o aspecto relacionado aos investimentos na forma de novas inversões com origem no exterior estimuladas por um mercado de enormes dimensões. O ângulo otimista dessa perspectiva contempla possíveis surtos de industrialização nos países e regiões subnacionais escolhidos pelas empresas, com os efeitos de vertebração decorrentes. Para olhos mais críticos, o paradigma de um tal processo é a forma de inserção industrial do México na NAFTA: a fronteira Norte desse país viu instalarem-se unidades produtivas apelidadas de *maquiladoras* que geralmente atuam como subcontratadas em etapas de processos produtivos mais amplos e controlados por interesses externos, com empregos de baixa qualidade e salários baixos. Para além do problema do interesse numa inserção nesse estilo – a ser questionado sem atenuantes –, é de se duvidar que, com a ALCA, áreas em outros países abriguem um pipocar de fábricas como ocorreu em Estados mexicanos como Sonora e Chihuahua. No México, a distância em relação aos Estados Unidos tem sido um determinante irrecusável, pois as empresas produzem naquele país com custos de mão-de-obra muito favoráveis e com as vantagens da proximidade ao cobiçado mercado do país vizinho. O assédio dos capitais externos no lado mexicano da fronteira, de origem estadunidense, europeia ou asiática, era, portanto, um resultado esperado. Que outros países latino-americanos reuniriam as mesmas condições?

Assim, tirante o que for suscitado pelas vantagens de localização representadas por recursos muito específicos (como recursos naturais) e pelo eventual interesse de companhias estadunidenses em deslocar, para áreas com bolsões de mão-de-obra abundante, muito barata e escassamente reivindicativa, atividades de trabalho precário e pobremente remunerado, o que ocorrerá como investimento externo na maioria dos países, a partir da ALCA, pouco deverá coincidir com os cenários otimistas. Pelo jeito, esse tipo de entendimento já deve estar perpassando as

avaliações em diferentes países, inspirando o que foi identificado recentemente por um articulista do *The New York Times* como “ceticismo sobre as intenções americanas” (Andrews, 2002).

## **Referências**

AMARAL, S. A Alca depois de Quito. *Folha de S. Paulo*, 11/11, p. A 3. 2002.

ANDREWS, E. L. Latin American countries skeptical of U.S. Trade Agreement. *The New York Times*, 1/11 (disponível em: [www.nytimes.com](http://www.nytimes.com)). 2002.

BATISTA Jr., P. N. Alca e investimento estrangeiro. *Folha de S. Paulo*, 29/8, p. B 2. 2002.

O PROCESSO negociador da ALCA da Cúpula de Miami à Cúpula de Quebec (s/d). Ministério das Relações Exteriores. (disponível em: [www.mre.gov.br/Alca](http://www.mre.gov.br/Alca)).

REUNIÃO de Cúpula das Américas/Plano de Ação. Miami, dez. 1994 (disponível em [www.mre.gov.br/Alca](http://www.mre.gov.br/Alca)).

ROSSI, C. Alca fará Brasil perder US\$ 1 bi, diz Fiesp. *Folha de São Paulo*, 26/7, p. B 8. 2002a.

ROSSI, C. Protecionismo agrícola provoca bate-boca. *Folha de São Paulo*, 1/11, p. A 7. 2002b.

MAGALHÃES, J. P. de A. *A ALCA e o desenvolvimento do Brasil*. Jornal dos Economistas, Rio de Janeiro, CORECON-RJ, nº 143, abr./maio, p. 11-12. 2001.

TAVARES, M. da C., MERCADANTE, A. *A ALCA interessa ao Brasil?* Jornal dos Economistas, Rio de Janeiro, CORECON-RJ, nº 143, abr./maio, p. 5-6. 2001.

UNCTAD *The Least Developed Countries Report 2002*. New York: Geneva: United Nations. 2002.

# Programas de Apoio Ambiental na Suinocultura Americana

Celso L. Weydmann\*

## Introdução

A suinocultura é um setor de alta instabilidade nos ganhos. Os preços recebidos pelos produtores sofrem influência do ciclo do preço do suíno e da maior ou menor capacidade ociosa da indústria de processamento. Os custos são impactados principalmente pela variação do preço da ração, que depende, sobretudo, do preço do milho e da soja. Para manter-se competitivo, o suinocultor deve buscar economias de escala cada vez maiores e ter controle dos custos. Maior escala, por sua vez, implica maior volume de dejetos da produção. O volume diário de dejetos de um suíno equivale ao produzido por quatro humanos.

Os dejetos da produção devem ser estocados em lagoas de contenção e, após convenientemente tratados, podem ser jogados de volta na água ou na lavoura como fertilizante. Embora aparentemente simples, os procedimentos são padronizados pela regulação ambiental.

A realidade mostra que o produtor pode deixar de lado os procedimentos, dependendo da conjuntura do mercado e da fiscalização das autoridades. Para reduzir esta possibilidade, existem programas de apoio ao produtor. Este trabalho fornece uma idéia das alternativas oferecidas ao suinocultor americano. Isto permite rápida avaliação dos programas no Brasil e também alguma inferência da necessidade dos mesmos na expansão do setor nacional direcionada para o mercado externo.

## Os programas

O novo plano agrícola (*2002 Farm Security and Rural Investment Act*)<sup>1</sup> destinou verba recorde para a melhoria ambiental (US\$ 17 bilhões)<sup>2</sup>, sendo que US\$ 6,6 bilhões devem ser gastos nos próximos 10 anos nas atividades criatórias que exigem confinamento. Dentre os vários programas, destaca-se aqui o *Environment Quality Incentives Program (EQIP)*, cujos recursos devem ser repartidos na proporção 60/40 entre agricultura e pecuária e disponibiliza meios para os produtores atenderem às demandas exigidas pela legislação ambiental.

---

\* Professor do Departamento de Economia da UFSC. celsolw@cse.ufsc.br .

<sup>1</sup> Para uma visão do Farm Bill 2002, acesse <http://www.usda.gov/farmbill/>.

<sup>2</sup> Conforme noticiado pelo jornal Washington Post em 14/05/2002, página AO1, que pode ser lido no site <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/articles/A11478-2002May13.html>.

A maioria dos estados americanos também oferece tem algum tipo de apoio para a proteção ambiental na suinocultura. Pesquisa realizada em 1998<sup>3</sup> salienta que 26 estados oferecem incentivos fiscais e financiam melhorias como instalações e equipamentos para tratamento de dejetos, do odor<sup>4</sup>, destinação de animais mortos, proteção dos rios, riachos e solos. A participação dos recursos estaduais varia entre 50% e 75% do total do empréstimo e são definidos limites de quantia por concessão. Os critérios para conceder os recursos variam por estado. Por exemplo, o estado de Minnesota dá prioridade de financiamento aos produtores infratores e regiões mais poluídas, enquanto que, em Wisconsin, os infratores são excluídos do programa.

Os incentivos fiscais abrangem redução do imposto de comercialização do produtor, diminuição do imposto da propriedade rural e menor alíquota do imposto incidente na compra de equipamentos para tratamento e controle de dejetos. O número de estados com algum tipo de incentivo fiscal (15) é inferior aos que não oferecem esta modalidade (29). Alguns estados dão incentivos, em termos de empréstimo para novos produtores, como é o caso de Iowa.

Os dados da pesquisa revelam também que os empréstimos são mais usados que a isenção fiscal como apoio para a suinocultura. Além disso, os três principais estados produtores (Iowa, North Carolina e Minnesota) atuam com ambos os programas.

O United States Environmental Policy - USEPA lançou, em 2002, o programa *Water Quality Trading Policy*<sup>5</sup>, no qual agentes podem negociar créditos relacionados com a redução de poluição. Por exemplo, suponha que o produtor A seja exigido realizar investimentos para reduzir os níveis de poluição decorrentes da atividade. Ele percebe, porém, que seu vizinho (B), que mora na mesma bacia hidrográfica, teria um custo menor para conseguir níveis adicionais equivalentes de controle da poluição. O produtor A, neste caso, pode firmar um contrato com o produtor B para que este instale equipamentos visando reduzir a carga poluidora. No final, o produtor A paga as despesas com equipamentos e com a remuneração do produtor B, tornando-se comprador de um crédito para poluir. Este crédito viabiliza o licenciamento da atividade do produtor A junto aos órgãos fiscalizadores, possibilita que o mesmo economize recursos e atenda a legislação ambiental. O produtor B se torna um

---

<sup>3</sup> A pesquisa *National Survey of Animal Confinement Policies* foi realizada por um conjunto de universidades coordenadas por Mark Edelman da Iowa University. Os resultados estão no site <http://cherokee.agecon.clemson.edu/confine.htm> e as questões de número 39 e 40 tratam do assunto desta seção.

<sup>4</sup> Estado de Iowa.

<sup>5</sup> A proposta pode ser vista em <http://www.epa.gov/owow/watershed/trading.htm>. Esta proposta se origina do grupo de trabalho *Agricultural Air Quality Task Force* (AAQTF) constituído por representantes do EPA, USDA e lideranças de vários setores cujo endereço é <http://fargo.nserl.purdue.edu/faca/aaqtf.html>.

vendedor e mantém um nível de controle de poluição que contempla a redução exigida do produtor A.

Finalmente, o Livestock Mandatory Reporting Act of 1999<sup>6</sup> visa à redução da assimetria dos preços e do produto negociado no mercado suinícola e supõe que maior visibilidade pode favorecer os produtores e com isso também estimular procedimentos ambientais adequados. Pequenos produtores independentes que vendem no mercado *spot* estavam tendo menos informações por conta do crescente volume de transações regidas por contratos. A partir de abril de 2001, os processadores devem comunicar United States Department of Agriculture - USDA, equivalente americano ao Ministério da Agricultura brasileiro, das principais características dos preços negociados (descontos, incentivos, tipo de carcaça, incluindo fórmulas para cálculo do preço recebido pelo produtor). Na nova regra, de 728 empresas processadoras de suínos, 52 serão obrigadas a informar, cobrindo 90% das vendas<sup>7</sup>.

O Brasil não tem a mesma variedade de instrumentos de apoio. Existem recursos oficiais para o setor, mas se destinam principalmente ao financiamento do custeio da atividade, privilegiando a compra de insumos como rações, medicamentos e também para a realização de melhorias em geral, a exemplo do Pronaf e do Plano de Safras. Em 1997, o BNDES implantou o Programa de Expansão da Suinocultura e Tratamento de seus Dejetos para viabilizar a construção de esterqueiras no estado de Santa Catarina. Os produtores contemplados, entretanto, aplicaram a maior parte dos recursos na compra de matrizes para expansão e ou melhoria da produção. Além disso, apesar de significativa parcela da produção brasileira ser transacionada na forma de contrato, também não existe programa para preservar a visibilidade dos preços.

## **Comentários finais**

A experiência americana mostra que há alternativas de programas de apoio para estimular suinocultores a realizarem os procedimentos adequados com os dejetos e, com isso reduzir o impacto da suinocultura no meio ambiente. Os programas variam desde a tradicional modalidade de financiamento, passando por incentivos e inovando na criação de mercado para permissões para poluir, não deixando de lado a preocupação com a transparência das transações.

---

<sup>6</sup> A lei pode ser acessada em <http://www.ams.usda.gov/hotissues/prices.htm> .

<sup>7</sup> Conforme site [http://www.amarillonet.com/stories/012101/bus\\_newpricing.shtml](http://www.amarillonet.com/stories/012101/bus_newpricing.shtml)  
Outras informações podem ser lidas em <http://www.georgemorris.org/MandatoryKey.pdf>.

Avaliar a implementação de semelhantes programas no Brasil pode ser uma estratégia importante do setor público para apoiar a expansão da suinocultura nacional. Os novos mercados a serem conquistados, como o europeu e o japonês, não exigem apenas preço razoável e excelente qualidade do produto, mas também que o processo de produção tenha sustentabilidade ambiental.

A experiência catarinense revela que os suinocultores podem usar para outros fins as verbas de programas destinados a melhoria do controle dos dejetos, principalmente em épocas de crise do setor. Daí a necessidade de maior conscientização de todos os agentes que atuam na cadeia suinícola sobre a importância da efetiva utilização dos recursos para melhor manuseio dos dejetos visando preservar o meio ambiente e também habilitar o setor na conquista de novos mercados.

## As Raízes Positivistas do Intervencionismo Brasileiro

*Antony P. Mueller\**

"Ordem e progresso" - esse é o lema que figura na bandeira brasileira desde que o país tornou-se uma República, em 1889. Tais palavras foram diretamente extraídas dos escritos de Auguste Comte, cujas idéias foram adaptadas no século XIX pelas elites políticas e econômicas. Desde então, o fantasma de Auguste Comte tem assombrado o subcontinente, e as conseqüências do uso desta ideologia têm sido desastrosas. Passando pela Argentina, México e Peru, foi particularmente no Brasil que o positivismo tornou-se o paradigma mais influente na formação das lideranças políticas e militares.<sup>1</sup>

O misticismo racionalista que se abateu sobre Comte exigiu a criação de uma "igreja positivista", na qual, imitando os rituais da igreja católica, o "culto da humanidade" poderia ser aplicado. Ao final do século XIX, as "sociedades positivistas" começaram a se espalhar pelo Brasil e uma igreja foi construída para que a adoração do ideal de humanidade pudesse ser praticada como uma religião.<sup>2</sup> Até os dias atuais, grande parte dos sistemas brasileiro de educação ainda traz as marcas do positivismo de Comte e é forte a influência da filosofia política positivista entre os degraus mais altos dos militares e entre os tecnocratas.

O positivismo comtiano é uma ideologia de desenvolvimentismo. Auguste Comte (1798-1857) acreditava que, após atravessar os estágios teológico e metafísico, a humanidade alcançaria o estágio superior do "positivismo" (estágio positivo), o que, para ele, significava que a sociedade como um todo deveria ser remodelada e reorganizada de acordo com o conhecimento científico. Conforme ele, é a sociologia que surge como a ciência primária. Esta nova ciência da física social - a sociologia empírica - emergiria no topo da hierarquia intelectual. Tal disciplina iria descobrir as leis sociais que então poderiam ser aplicadas para reformar a sociedade de forma integral. Tal qual a medicina, que erradica doenças, a física social seria aplicada para remover os males sociais.

De acordo com a filosofia política do positivismo, o cientificismo é a marca registrada da modernidade. Para conseguir alcançar o progresso em direção aos mais altos estágios da humanidade, seria necessária uma classe especial de tecnocratas que seriam os elaboradores das leis sociais e aqueles que estabeleceriam a ordem e promoveriam o progresso. Desde que se tornou uma República, não houve nenhum governo no Brasil que não surgisse com um novo plano abrangente ou um

---

\* Professor de Economia, Universidade de Erlangen-Nürnberg, Alemanha.

<sup>1</sup> Ver Zea (1980).

<sup>2</sup> Ver Lins (1964)

conglomerado de planos. Seguir a cartilha positivista, conceber planos de natureza aparentemente científica e aplicá-los por meio da força do Estado tem se tornado a marca registrada da política brasileira e, em especial, da economia.

O fantasma de Auguste Comte transformou o Brasil num foco do intervencionismo econômico, tendo cada novo governo a promessa de um grande passo em direção à modernidade. Ao invés de permitir que as pessoas decidam o que querem e abrir espaço para os interesses privados, a ideologia positivista fez a maior parte dos governos brasileiros acreditarem que é seu papel o dever do desenvolvimento. Favorecido por uma tradição de tolerar a exclusão, cujas raízes se encontram na miséria, o Brasil tornou-se um país profundamente dividido, com uma rigorosa separação entre “nós” e “eles”.

Particularmente grandiosas enquanto os governos militares se encontravam no poder, a produção e a implementação de grandes planos não deixaram de existir nas últimas décadas. Sob a ditadura de Getúlio Vargas, o intervencionismo estatal expandiu-se rapidamente através da detalhada regulação da atividade econômica e do mercado de trabalho. Guiado pelo modelo da industrialização por meio da substituição de importações, o semi-fascista Estado Novo dos anos 30 e 40 promoveu indústrias pesadas que foram seguidas por um detalhado sistema de intervencionismo estatal nos anos 50.

Sob a presidência de Juscelino Kubitschek, iniciando-se com o Plano de Metas, em 1956, foi mais tarde, com o *Plano Trienal*, voltado para o desenvolvimento social e econômico, que se pensou em produzir um novo estágio de desenvolvimento e modernização. Sob o mandato deste presidente, decidiu-se construir uma nova capital, Brasília, quase completamente isolada do desenvolvimento social e econômico do resto do país, além de ter se transformado num cassino para os jogos políticos praticados por um pequeno grupo que se constitui “os donos do poder”.<sup>3</sup> Nos anos 1970, seguiram-se os planos nacionais de desenvolvimento (chamados de *PND I* e *PND II*), e nos anos 1980 o *Plano Austral*, o *Plano Cruzado*, o *Plano Bresser* e o *Plano Verão*. A partir dos anos 1990, o *Plano Collor* foi iniciado, seguido pelo *Plano Collor 2*, e posteriormente pelo *Plano de Ação Imediata*, o *Plano Real*.

Ponderados por suas metas declaradas, todos esses planos falharam. Considerando apenas as últimas décadas, o Brasil teve oito diferentes moedas, cada vez com um novo nome e uma taxa de inflação que implica que a moeda corrente poderia ter uma taxa de câmbio de um trilhão comparada ao Cruzeiro dos anos 1940. Hoje, grande parte dos brasileiros é tão pobre quanto décadas atrás. Como em gerações anteriores, o Brasil continua a ocupar o topo das listas mundiais nos

---

<sup>3</sup> A descrição clássica dos “donos do poder” encontra-se em Faoro (2000).



questos distribuição desigual da renda e da riqueza. O nível global de educação continua extremamente baixo. As cargas das dívidas interna e externa são excessivas, com constantes acordos de replanejamentos, hiperinflações e calotes.

Dentro do sistema positivista, cientificismo e intervencionismo andam de mãos dadas. Na política econômica, a filosofia positivista é a base para a compreensão de como o intervencionismo apontou na direção de regular a economia e a sociedade. Somente ao postular resultados, o intervencionismo pode ser considerado sensato. Como as coisas não caminham nos rumos esperados, o que freqüentemente acontece, mais intervencionismo torna-se necessário para que se vejam tais resultados. O resultado é um governo sufocado por sua pretensão e humilhado por seus fracassos. Proclamando estabelecer ordem e progresso, o Estado produz caos e estagnação, ou mesmo retrocesso.

É essa ilusão, à frente dos objetivos, que vigora na base do mal-estar econômico e social produzido por esse tipo de política econômica. Contrário ao paradigma do mercado livre, que conclui que os atores devem ser livres para que possam se adaptar a mudanças inesperadas, a orientação positivista leva diretamente ao estatismo, cuja conseqüência é o declínio econômico e o colapso. O fantasma de Auguste Comte e o de seu professor, St. Simon, não assombram somente a América Latina e o Brasil. Sua influência pode ser percebida em todos os lugares do mundo nos quais uma elite que se auto-proclamou esteja no poder e acredite que somente ela saiba o que é certo para o progresso.

## **Referências**

FAORO, Raymundo: *Os Donos do Poder*, São Paulo: 2000. 2 vol. (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro.)

LINS, Ivan. *História do Positivismo no Brasil*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.

ZEA, Leopoldo. *Pensamiento Positivista Latinoamericano*. Caracas: 1980. (Biblioteca Ayacucho).

.....

Este boletim é uma publicação do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina.

As idéias e opiniões expressas nos artigos são de responsabilidade exclusiva dos autores. Comentários e contribuições, com preferência para os que tenham a economia catarinense como objeto, podem ser enviados para: Boletim "Atualidade Econômica", Departamento de Ciências Econômicas - UFSC, Campus Universitário, 88049-970 Florianópolis SC. Tel.: (48) 331-9458. Fax: (48) 331-9776, e-mail [depcnm@cse.ufsc.br](mailto:depcnm@cse.ufsc.br).

Conselho Editorial e Técnico: *Profs. Hoyêdo Nunes Lins, José Antônio Nicolau, João R. Sanson (coord.editorial), Nildo Domingos Ouriques e Roberto Meurer,*

Secretaria: *Flori Vieira dos Santos e Roberto Carlos Alves;  
Rimenez Tuon e Lenina Formaggi*

Revisão de português: *Jussara T. Reitz*

Apoio: Centro Sócio-Econômico/CSE